



Marcelo Camargo/ Agência Brasil

CICLO ESTRATÉGICO

Judiciário sinalizou um novo ciclo estratégico ao discutir limites de atuação e padrões éticos internos, ao mesmo tempo em que ampliou sua intervenção em temas estruturais da administração pública. Paralelamente, dados fiscais evidenciaram restrições orçamentárias que tendem a moldar a governabilidade ao longo do ano. Em conjunto, os acontecimentos indicam um cenário em que responsabilidade institucional, controle fiscal e redefinição de papéis entre os Poderes passam a influenciar a agenda política nacional.

AUTOCONTENÇÃO

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, abriu o ano judiciário de 2026 defendendo autocontenção institucional e propondo a elaboração de um código de ética para a Corte. Ao reconhecer o protagonismo assumido pelo STF nas últimas décadas, afirmou que o momento exige recalibragem do papel do Tribunal e fortalecimento dos canais políticos tradicionais de deliberação. Fachin ressaltou que o Supremo deve continuar garantindo a Constituição e os direitos fundamentais, mas sinalizou a necessidade de reforçar a separação entre os Poderes e a reorganização institucional, enfatizando que é preciso saber ser forte o suficiente para não precisar fazer tudo.

O discurso repercutiu como tentativa de reposicionamento estratégico do Supremo após ciclos de intensa judicialização e tensão entre Poderes. A proposta de um código de ética, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia, foi interpretada como resposta preventiva a críticas sobre transparência e conduta institucional. A defesa da autocontenção também reforça a narrativa de reconstrução do equilíbrio federativo e institucional, dialogando com demandas do Congresso e do Executivo por maior previsibilidade decisória e redução do ativismo judicial em temas sensíveis.



“Isso não significa que o Tribunal seja agente passivo das circunstâncias. Ao contrário, o protagonismo tem seus ônus e efeitos para a legitimidade institucional. Os ministros respondem pelas escolhas que fazem. As decisões que tomamos, os casos que priorizamos, a forma como nos comunicamos – tudo isso importa”

Luiz Edson Fachin

Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal

No plano prospectivo, a sinalização de Fachin pode inaugurar maior institucionalização dos mecanismos de autorregulação do STF, com impacto sobre a agenda de julgamentos e a comunicação do Tribunal. Caso a proposta avance, a Corte tende a reforçar instrumentos de legitimidade pública e estabilidade jurisprudencial, mas poderá enfrentar desafios na construção de consensos internos. O movimento sugere tentativa de reorganizar o papel do Supremo como moderador constitucional, buscando preservar autoridade institucional sem ampliar tensões com o sistema político.

SUPERSALÁRIOS

A decisão do ministro Flávio Dino determinou a revisão nacional das verbas remuneratórias e indenizatórias pagas nos três Poderes, fixando prazo de 60 dias para suspensão de benefícios sem previsão legal específica. A medida busca garantir o cumprimento do teto constitucional ao impor que órgãos públicos reavaliem auxílios, gratificações e vantagens concedidos a servidores e membros de Poder. O despacho também provocou Executivo e Congresso a regulamentarem nacionalmente quais parcelas podem ser reconhecidas como indenizatórias, transformando o debate sobre supersalários em agenda institucional estruturante.



“Destaco que, seguramente, tal amplo rol de 'indenizações', gerando supersalários, não possui precedentes no direito brasileiro, tampouco no direito comparado, nem mesmo nos países mais ricos do planeta”

Flávio Dino

Ministro do Supremo Tribunal Federal

A decisão gerou reação entre categorias do funcionalismo e abriu novo debate entre os Poderes sobre autonomia administrativa e controle fiscal. O Supremo sustentou que parcelas indenizatórias devem ressarcir despesas efetivamente realizadas pelo agente público, afastando interpretações que transformam benefícios eventuais em mecanismos indiretos de aumento salarial. O posicionamento reforça a narrativa de moralização das contas públicas e amplia o papel do Judiciário como indutor de padronização normativa, ao mesmo tempo em que pressiona o Legislativo a assumir protagonismo na definição dos limites legais dessas vantagens.

No plano prospectivo, a medida tende a provocar reestruturações remuneratórias em diversas carreiras e intensificar disputas políticas sobre a regulamentação das exceções ao teto constitucional. O episódio sinaliza tentativa do Supremo de reorganizar parâmetros de legitimidade fiscal e institucional, cuja efetividade dependerá da capacidade do sistema político de produzir regras nacionais estáveis para o tema.

RESTOS A PAGAR

Dados da Secretaria do Tesouro Nacional indicam que o estoque de restos a pagar do governo federal alcançou R\$ 391,5 bilhões para 2026, com crescimento nominal de cerca de 25% em relação ao ano anterior e o maior patamar em mais de uma década. Esses valores correspondem a despesas empenhadas, autorizadas no orçamento, mas não quitadas até o encerramento do exercício financeiro. O volume representa parcela relevante do orçamento e consolida recursos já comprometidos antes da execução das novas políticas do ano corrente.

O aumento dos restos a pagar amplia a pressão política e fiscal sobre o governo ao reduzir a flexibilidade orçamentária e elevar a dependência do Executivo em relação ao Congresso na negociação de prioridades e recomposição de espaço fiscal. Parte significativa corresponde a despesas não liquidadas, enquanto outra parcela já foi processada e exige pagamento imediato, concentrando pressões no início do exercício. O crescimento recente também indica que o fenômeno reflete características estruturais do modelo de execução orçamentária brasileiro.

Noutro plano, a expansão desse passivo tende a limitar a capacidade de financiar novos investimentos e programas sociais, já que essas despesas possuem prioridade sobre gastos futuros. O cenário amplia tensões na execução orçamentária, fortalece disputas políticas por espaço fiscal e eleva o risco de contingenciamentos ao longo do ano. A trajetória dos restos a pagar sinaliza desafio permanente para o equilíbrio das contas públicas e reforça a necessidade de ajustes na governança orçamentária.

SÍNTESE DA SEMANA

Os episódios da semana indicam movimento convergente de revisão dos limites institucionais do Estado brasileiro. Enquanto o STF sinaliza maior preocupação com legitimidade, transparência e calibragem de seu protagonismo, também amplia sua atuação em agendas estruturais com impacto fiscal e administrativo. Paralelamente, o crescimento dos compromissos orçamentários herdados reforça a necessidade de coordenação política para sustentar políticas públicas e preservar a estabilidade econômica.